

(RE)ENCONTRANDO-SE NAS REDES? As ciências humanas e a nova geopolítica do conhecimento'

Sérgio Costa'

Resumo

Este ensaio faz um diagnóstico das transformações institucionais que vem passando o campo das ciências humanas nos últimos anos. Em seguida, examina distintas concepções surgidas no âmbito dos estudos decoloniais e pós-coloniais com o intuito de superar as hierarquias inerentes às estruturas hegemônicas de reconhecimento dos conhecimentos produzidos nas distintas regiões do mundo. Em sua conclusão, discute as chances de sucesso das diferentes estratégias pós-coloniais e decoloniais discutidas.

Palavras-chave

Estudos pós-coloniais. Ciências humanas e sociais. Geopolítica do conhecimento.

(RE)MEETING IN THE NETWORK? Human sciences and the new geopolitics of knowledge

Abstract

The essay outlines a diagnosis of some institutional transformations observed currently in the field of social sciences and humanities. Afterwards, it analyses some concepts formulated by postcolonial and decolonial scholars in order to overcome hierarchies that are inherent in the hegemonic structures for recognizing knowledge produced in different world regions. In its conclusion, the essay discusses chances of success of these postcolonial and decolonial strategies.

¹ Tradução do original em alemão: Fernando dos Santos Baldráia.

² Gostaria de agradecer aos participantes do encontro "Lost or found in translation?", realizado na Universidade de Giesen em dezembro de 2007, pela estimulante discussão de uma versão anterior deste artigo. Em especial, agradeço a René Dietrich, Daniel Smilovski e Nicolas Wasser pelas elucidativas sugestões e crítica a essa versão preliminar

Keywords

Postcolonial studies. Humanities and social sciences. Geopolitics of knowledge.

Esta contribuição contém uma limitação fundamental que deve ser explicada de antemão. Eu não sou um teórico da ciência nem um sociólogo vinculado à subdisciplina Sociologia da Ciência, mas antes, se assim se quiser, um praticante da ciência. Concretamente, isso significa que as ciências humanas não constituem meu objeto primeiro de estudo. Por essa razão, as reflexões apresentadas a seguir não são resultados de pesquisas em sentido estrito, senão observações decorrentes da dedicação aos meus *objetos mesmos de análise, quais sejam, processos de modernização, antirracismo, estudos sobre a democratização, teorias da democracia e diferenças culturais*. Não menos importante é ressaltar que, no presente artigo, não se fará distinção entre ciências sociais e ciências humanas, pois sobre a última rubrica entende-se aqui a totalidade das humanidades. O propósito deste ensaio pode ser descrito em 3,5 passos. No primeiro, abordo alguns desenvolvimentos institucionais ocorridos, recentemente, no campo das ciências humanas, e as diferentes reações que provocaram. No segundo, ocupo-me da desconstrução das ciências humanas levada a cabo pelos estudos pós-coloniais; e, em seguida, no terceiro, das propostas de reconstrução das ciências humanas apresentadas no âmbito dos estudos pós-coloniais. O último passo, na verdade, um meio passo, corresponde à tentativa de vincular o diagnóstico institucional realizado na primeira parte com a análise de natureza epistemológica desenvolvida no segundo e no terceiro passos. A cautelosa e **prudente** referência a um último meio passo deve já indicar que a ligação entre as dimensões institucional e epistemológica não será desdobrada em seus detalhes.

Entre Humboldt e Bolonha': um balanço inicial

Alguém que tenha levado **devidamente** a sério os bordões libertários que dominaram as ciências humanas europeias na geração do pós-68 seguramente observa com estupefação o estado atual das coisas. A inflexão salta à vista. Ao invés do ideal da *comunicação livre de dominação*, da crítica à unidimensionalidade da experiência humana e à razão instrumental, assiste-se, hoje, no âmbito das ciências humanas europeias, à emergência de um novo regime linguístico, no qual **criações** semânticas como *excellence cluster*, modularização, credenciamento, "esboço de requerimento para concepções de futuro" já não são mais problematizadas ou discutidas **criticamente**. **Ao contrário: são naturalizadas e normalizadas** passando a integrar o cotidiano dos acadêmicos europeus como o iogurte de baixa caloria no café da manhã ou o restaurante de cava e tapas no *happy hour*.

Uns poucos colegas, entretanto, não se resignam. Com razão, denunciam a gestão alheia e externa das ciências humanas que passam a ser julgadas cada vez mais por critérios de eficiência usados na administração de empresas, sem levar em conta as formas específicas de produção do conhecimento nessa área. Ainda conforme esta linha de crítica, também a política haveria se tomado insensível à importância das ciências humanas, na medida em que o projeto de formar cidadãos instruídos e esclarecidos já não interessaria a mais ninguém. *Conforme* ironizou o escritor e jornalista teuto-polonês Adam Soboczynski (2006): "Hoje, se um político dedicado à educação tem visão, ele se interessa pelas linhas que definem as células-tronco e não mais pela parábola do anel de Lessing".

Igualmente compreensível é a [insatisfação daqueles que denunciam o "fetichismo da avaliação", **revoltando-se** contra a crença cega na

³ A referência à Bolonha remete ao processo de **reforma** das universidades europeias iniciado em 1999, a partir de um encontro de 29 ministros europeus da educação, na cidade italiana de Bolonha. O principal objetivo da reforma foi unificar, até 2010, o sistema universitário europeu em torno de um sistema de créditos comum e uma estrutura similar, a qual comporta, agora, em todos os países, graduação (Bachelor) e pós-graduação em dois níveis: mestrado (Master) e doutorado. Os críticos da *reforma* entendem que a reforma escolarizou excessivamente os estudos universitários, limitando as escolhas e a autonomia intelectual dos estudantes e professores, além de ser uma reforma não democrática, na medida em que foi imposta de cima para baixo, sem a participação das universidades.

superstição tecnocrática a que bastam questionários adequados para que a qualidade e o potencial de inovação de determinada linha de pesquisa possam ser apreendidos. Também fácil de entender é a insatisfação com o poder excessivo dos editais de fomento. Aquilo que será pesquisado e a maneira como será conduzida a investigação já não são mais definidos pelo interesse dos cientistas, mas pela oferta de fundos para a pesquisa. Tem razão o colega sociólogo Clemens Albrecht (2007), quando mostra que esse tipo de orientação leva a *que*, ao invés de áreas e temas de pesquisa aos quais nos dedicamos com afincamento e continuidade, tenhamos agora uma agenda de investigação móvel e maleável, que vai se adaptando indefinidamente às modalidades de financiamento disponíveis. Nesse contexto, os pesquisadores **passam a meros executivos que administram atividades de pesquisa**, e os professores - que, antes, desenvolviam seus próprios programas de docência - são agora meros responsáveis pela execução de ementas em módulos de ensino previamente estruturados e definidos.

Fig. 1. A partir desse diagnóstico surgiram diferentes propostas sobre a maneira adequada de reagir aos novos desafios. Gostaria de elencar, sem a pretensão de ser sistemático ou exaustivo, algumas destas reações:

1. A primeira resposta é, por assim dizer, ultrarrealista. Ela reconhece a hegemonia das ciências naturais e parte do princípio de que as humanidades só poderão sobreviver se se tomarem também "ciências duras", isto é, caso adaptem seus métodos e perspectivas teóricas aos critérios de validação próprios das ciências naturais. Em alguns domínios das ciências sociais e políticas já reina uma variante deste ultrarrealismo, ao ponto de, nestes campos, abordagens baseadas em métodos qualitativos ou em análise de discurso haverem perdido completamente sua legitimidade científica. Vive-se aqui a ilusão de que as ciências humanas lidam com fatos puros e duros que têm (ou deveriam ter) uma existência independente das representações.
2. Uma segunda maneira de reagir às mudanças no ambiente institucional é frequentemente apregoada na Alemanha. Ela se intitula: o retomo a Humboldt. Aqui se defende um retomo ao bom e velho tempo da *Universitas*, no qual um idealizado cientista por vocação busca a verdade, desapegado de qualquer interesse particular e alheio às disputas de poder. O problema é

que este modelo universalista de ciência humana nunca existiu. Como abordagens críticas e desconstrutivistas já demonstraram a exaustão, o conceito de universalismo do Iluminismo que é assimilado pelas ciências humanas modernas carrega em si, de forma inerente, dimensões obscuras como a subordinação implícita ou explícita de mulheres e não europeus (HARAWAY, 1988; MCCARTHY, 2001; STEFFEN, 2006).

3. Por essa razão, acredito ser promissora uma terceira forma de crítica que é de natureza epistemológica. Segundo essa perspectiva, as ciências modernas encerram um "regime de verdade" que reproduz sempre e inapelavelmente as relações de poder existentes. Conforme essa crítica, presente, entre outros, em muitos estudos feministas e antirracistas, as categorias e os sistemas de classificação científicos não são, do ponto de vista das estruturas de poder étnicas, raciais e de gênero, neutros; mas, ao contrário, refletem e legitimam a posição de superioridade do "homem branco ocidental". Particularmente importante aqui é a crítica de cientistas sociais oriundos da África, Ásia e América Latina, de acordo com a qual noções coloniais teriam impregnado as ciências humanas de maneira tão profunda que mesmo hoje exerceriam ainda um importante papel na produção do conhecimento científico. Esta corrente crítica, conhecida como pós-colonial, será o fio condutor das reflexões que apresento a seguir, pelo fato de, por um lado, questionar categorias centrais das ciências humanas e, por outro, oferecer estímulos úteis para uma reconceitualização crítica das ciências humanas.

Desconstruções pós-coloniais"

O ponto de partida dos estudos pós-coloniais é a constatação de que toda enunciação tem um lugar de origem. Com efeito, é sobre essa observação, hoje já trivial, que os estudos pós-coloniais alicerçam sua crítica ao processo de produção do conhecimento científico. Segundo a perspectiva pós-colonial,

⁴ Aqui, são retomados argumentos apresentados detalhadamente em Costa (2006) e Costa (2009).

as formas estabelecidas de produção do conhecimento contribuem para a reprodução da lógica interna do colonialismo na medida em que não apenas as experiências de minorias, mas também os processos de transformação social nas sociedades "não ocidentais" são analisados recorrentemente nos termos de suas relações funcionais ou de semelhança e diferença com aquilo que se definiu como centro da sociedade moderna. Nesse sentido, o "pós" do pós-colonial não representa simplesmente um depois no sentido cronológico linear; trata-se de uma reconfiguração do campo discursivo, no qual as relações hierárquicas são significadas. O colonial, por sua vez, vai além do colonialismo e alude a situações de opressão diversas, sejam elas definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais.

O livro clássico *Orientalism* (1978), do crítico literário palestino Edward Said, falecido em 2003, é considerado o "manifesto de fundação" do pós-colonialismo (CONRAD; RANDERIA, 2002, p. 22). O orientalismo de que fala Said caracteriza uma maneira particular de percepção da história moderna que tem como ponto de partida o estabelecimento *a priori* de uma distinção binária entre Ocidente e Oriente, entendendo-se que cabe àquela parte que se autorrepresenta como Ocidente a tarefa de definir o que se entende por Oriente. O orientalismo constitui, assim, uma maneira de apreender o mundo, ao mesmo tempo em que se consolida historicamente a partir da produção de conhecimentos pautados por aquela distinção binária original. O orientalismo caracteriza, pois, um modo estabelecido e institucionalizado de produção de representações sobre uma determinada região do mundo, o qual se alimenta, se confirma e se atualiza por meio das próprias imagens e conhecimentos que (re)cria. O oriente do orientalismo, ainda que remeta, vagamente, a um lugar geográfico, expressa mais propriamente uma fronteira cultural e definidora de sentido entre um nós e um eles, no interior de uma relação que produz e reproduz o outro como inferior, ao mesmo tempo que permite definir o nós, o si mesmo, em oposição a este outro, ora representado como caricatura, ora como estereótipo, e sempre como uma síntese aglutinadora de tudo aquilo que o nós não é e nem quer ser.

O sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall busca generalizar o caso do orientalismo mostrando que a polaridade entre o ocidente e o resto do mundo (*the West/the rest*) encontra-se na base de constituição das ciências sociais. Alimentando-se de discursos como os encontrados nas mitologias (o Eldorado, as lendas sexuais etc.) ou nos relatos de viajantes,

constituem-se, segundo Hall, as polaridades entre o ocidente - civilizado, adiantado, desenvolvido, bom - e o resto do mundo - selvagem, atrasado, subdesenvolvido, ruim. Uma vez constituídos, esses binarismos se tomam ferramentas para pensar e analisar a realidade.

Essa polaridade tem papel determinante não apenas nos primeiros trabalhos modernos no campo das ciências humanas – de Kant a Weber, tomando-se, também, um dos fundamentos da própria ciência moderna, a qual toma as normas sociais, estruturas e valores encontrados nas sociedades qualificadas de ocidentais como parâmetro universal que define o que são sociedades modernas.

A invenção de um mundo dividido em duas metades, o ocidente e o oriente, acaba por se transformar, ao longo da história, em método científico. Nesse contexto, tudo o que é diverso no "resto do mundo" passa a ser decodificado como um *ainda* não existente, uma falta a ser compensada por meio da intervenção social cabível em cada contexto e em cada época histórica, ora dominação colonial, ora ajuda ao desenvolvimento, ora intervenção humanitária. Com isso não se pretende, naturalmente, atribuir a responsabilidade pelos colonialismos e imperialismos às ciências sociais modernas. Fica demonstrado, contudo, como as disciplinas desse campo reproduzem a perspectiva colonial ao alimentar e legitimar o modelo dominante de representação das relações entre Europa e o resto do mundo (cf. COSTA, 2006; TUCKER, 1999).

Essa sorte de construção mental que apresenta o mundo dividido entre o ocidente e o "resto" aparece refletida no conceito de cultura que domina as ciências humanas modernas, em cujo núcleo encontra-se a distinção entre a cultura ocidental e a não ocidental. Ao mesmo tempo, culturas nacionais e regionais são tomadas como conjuntos de estruturas de significação e repertórios culturais a partir dos quais são derivados comportamentos individuais, valores e processos de constituição de identidades. Conforme a crítica pós-colonial, essa concepção de cultura não é capaz de explicar o caráter dinâmico dos intercâmbios culturais na sociedade mundial. Em lugar de um conceito rígido e geograficamente definido de cultura, os estudos pós-coloniais propõem um conceito fluido, no qual unidades culturais imaginadas não figuram em primeiro plano, mas sim, diferenças, que se articulam *aa doe* nas lacunas de sentido entre as fronteiras culturais.

Com isso não se quer afirmar que unidades culturais imaginadas como "os alemães", "os turcos", "a mulher muçulmana" ou "pessoas com histórico de migração" sejam irrelevantes para o processo de construção de identidade. Essas unidades culturais não atuam, entretanto, como um programa de computador, estabelecendo com precisão o modo como cada pessoa concreta há de reagir numa determinada situação; elas funcionam como estruturas discursivas diante das quais o indivíduo precisa continuamente se posicionar. Isto significa que, indiferentemente ao fato de portarmos ou não certas unidades culturais, serão atribuídas a nós determinadas características, a exemplo de migrantes, brasileiros ou nordestinos, com as quais teremos de lidar. O processo concreto de construção de identidade se constitui, porém, antes interativamente e no bojo de uma dinâmica negociação, no qual adscrições, discriminações e estratégias de imposição dos próprios interesses atuam combinadamente. Nesse contexto, já não faz mais sentido falar de identidade cultural, mas de *identificações temporárias e variáveis*:

Identity is best thought as identification. Identity is too easily viewed as fixed and static; thinking of identity as identification brings out the agency in identity formation and is more insightful. The idea of identity not as given but as achieved goes back as far as the Renaissance. Identification is ongoing and relational (00] (PIETERSE, 2007, p. 32, ênfase no original).

A desconstrução do conceito de cultura das ciências humanas implica sérias consequências para o campo de investigação sobre a chamada interculturalidade. Afinal, até agora, no que diz respeito à cultura, as ciências humanas tomaram como tarefa principal a análise das supostas características culturais próprias a unidades no mais das vezes circunscritas territorialmente. Se, porém, culturas não estão armazenadas em unidades territoriais pré-estruturadas e estáveis, mas são, antes, produto dos intercâmbios dinâmicos pra além das próprias fronteiras culturais, as ciências humanas se veem diante da necessidade de deslocar completamente seu foco, isto é, escapar às totalidades imaginadas, sejam elas nacionais, regionais ou locais, e dirigirem-se aos "entre-espaços", nos quais os processos culturais concretos se realizam (cf. PIETERSE/PAREKH, 1995; FEBEL, 2006).

Reconstruções pós-coloniais

Através do conceito combativo "geopolítica do conhecimento", autores vinculados aos estudos pós-coloniais procuram denunciar e modificar as posições assimétricas atribuídas às diferentes regiões do mundo no que concerne à produção do conhecimento. Seguindo essa assimetria pré-definida pelas relações de poder vigentes, determinadas formas de conhecimento são previamente desautorizadas pelo simples fato de não poderem ser avaliadas pelo aparato conceitual das ciências modernas. Assim, conhecimentos produzidos, por exemplo, por povos indígenas, são completamente desprezados por seguirem uma lógica operacional e um método cognitivo distintos daqueles que vigoram nas ciências.

Como expressões do esforço pós-colonial de libertar as ciências sociais modernas de seus rasgos coloniais, gostaria de apresentar três programas de investigação distintos, os quais classifico, de acordo com seu grau de radicalidade, em *enfático*, *intermediário* e *moderado*.

Representantes da vertente crítica radical sublinham a ligação entre discurso e poder, e encaram a ciência como mero mecanismo de legitimação de estruturas de dominação. Assim, critérios de excelência, rigor metodológico e a propalada pretensão de objetividade da ciência não passariam de rituais e encenações que cumprem o papel de esconder estratégias pessoais e institucionais de poder. O campo científico constitui, para essa vertente, um espaço inteiramente minado pelas disputas de poder, de tal sorte que toda pretensão de validade pronunciada no interior desse campo estaria, de saída, contaminada, e só viria a contribuir para legitimar os processos de exclusão e opressão reinantes. Por essa razão, os autores reunidos sob esta rubrica criticam a ciência como tal e perseguem um saber "*beyond theory*" (BHABHA, 1994, p.19). Trata-se de questionar a forma científica de sistematização do saber, posto que o discurso científico, ao transformar os dinâmicos processos sociais e culturais em objetos estáticos, se faz incapaz de compreendê-los (MCLENNAN, 2000, p.70).

Essa postura crítica enfática é, seguramente, fonte de inspiração importante para movimentos sociais feministas ou de minorias. Contudo, sua contribuição para a reconceituação das ciências humanas é, a meu ver, bastante limitada visto que recusam a ciência como tal e não em uma forma

determinada. Assim, excluem a si mesmos do debate em tomo da reforma das ciências humanas.

A vertente intermediária apresenta uma genealogia das ciências sociais modernas por meio da qual demonstram com nitidez os entrecruzamentos entre gênese e desenvolvimento das disciplinas científicas e o colonialismo europeu. Como representante emblemático dessa posição pode-se mencionar o grupo Modernidad/Colonialidad, formado por pensadores oriundos dos Estados Unidos e da América Latina e cujos principais representantes são Walter Mignolo (2000, 2007), Anibal Quijano (2007), Enrique Dussel (2000), Catherine Walsh (2007) e Arturo Escobar (2005), entre outros.⁵ Na visão destes autores, a diferenciação em vigor entre disciplinas como História, Ciência Política e Sociologia, presumivelmente especializadas nas sociedades modernas, por um lado, e a etnologia e a antropologia, que se preocuparia com as culturas "pré-modernas", por outro, só pode ser entendida se não perdemos de vista a funcionalidade desta distinção no contexto da dominação colonial, posto que tal distinção é, do ponto de vista heurístico, um *contras senso*. A partir dessa divisão de tarefas, as "sociedades ocidentais" foram predeterminadas como sujeitos do saber, enquanto, "by definition, the other cultures are the 'object' of study" (QUIJANO, 2007,p.173).

Existe, portanto, para os estudos pós-coloniais agrupados na corrente intermediária, uma interdependência estrutural entre colonialismo e ciências humanas modernas: por um lado, a dominação colonial constitui a plataforma sobre a qual a ciência seria reconhecida como única forma válida de saber. Mignolo constata esse fato quando, fazendo referência a Quijano, escreve:

[...] it became unthinkable to accept the idea that a knowing subject was possible beyond the subject of knowledge postulated by the very concept of rationality put in place in modern epistemology (MIGNÜLÜ, 2000,p. 60).

⁵ Mignolo e alguns dos autores mais próximos a ele preferem ser identificados como parte de um movimento decolonial e não pós-colonial. Preferem, também, o conceito "pós-ocidentalismo" a "pós-colonialismo" já que o primeiro conceito permitiria abarcar, de maneira mais satisfatória, a crítica ao eurocentrismo a partir de diferentes perspectivas geográficas e epistemológicas. Essas finas distinções parecem, contudo, espelhar mais as disputas institucionais no interior do campo pós-colonial/decolonial que diferenças substantivas e não são, por isso, enfatizadas no presente ensaio. (Para um mapeamento desse campo, ver: BOATCÁ; COSTA; GUTIÉRREZ RODRÍGUEZ, 2010).

Por outro lado, a ciência produziu os conhecimentos que legitimaram politicamente o projeto colonizador e, ao mesmo tempo, forneceram a tecnologia social sobre a qual se fundava a administração colonial. A referência aqui estabelecida diz respeito ao papel que coube à ciência da segunda metade do século XIX de comprovar a pretensa superioridade europeia e, por conseguinte, a inferioridade intelectual de sociedades e indivíduos não europeus. Somente assim puderam coexistir colonialismo, escravidão moderna e extermínio dos povos indígenas nas Américas com as aspirações por direitos humanos e pretensões igualitárias no lado europeu do Atlântico, mas também no próprio continente americano". O exemplo da expansão do racismo científico nos Estados Unidos permite ilustrar esse fenômeno de forma paradigmática:

The race dogma is nearly the only way out for a people so moralistically equalitarian, if it is not prepared to live up to its faith. A nation less fervently committed to democracy could, probably, live happily in a caste system with a somewhat less intensive belief in the biological inferiority of the subordinate group. *The need for race prejudice is, from this point of view, a need for defense on the part of the Americans against their own national creed, against their own most cherished ideals. And race prejudice is, in this sense a function of equalitarianism. The former is a perversion of the later.* (Myrdall, 2000, p. 91, ênfase no original).

Diferentemente da variante enfática, a variante intermediária dos estudos pós-coloniais não pretende renegar a ciência. Reconhece, entretanto, a necessidade de oferecer às chamadas formas subalternas de saber possibilidades de desenvolvimento comparáveis àquelas garantidas à ciência. Em conformidade com essa interpretação estão, por exemplo, projetos de universidades interculturais indígenas na região andina ou a tentativa de revivificar formas de conhecimento da população afro-

6 A escravidão moderna surge seguramente muito antes do racismo científico. Com o avanço dos ideais de direitos humanos, porém, ela começa a carecer de justificação. A superioridade branca asseverada pelo racismo científico serve, a partir de então, de base de legitimação da escravidão (ver: HOFBAUER, 2006).

colombiana na costa do pacífico (ESCOBAR, 2008). Ao fornecer a esses saberes subalternos novos instrumentos de poder como, por exemplo, a autorização para conceder diplomas universitários, espera-se produzir uma "rearticulação de destinos globais e histórias locais", de sorte que "saberes subalternos e hegemônicos sejam combinados sob a égide dos primeiros" (ESCOBAR, 2005, p.74).

A ideia de valorizar formas não científicas de conhecimento, especialmente em regiões que outrora foram colônias, é seguramente louvável. A expectativa de que isso possa provocar mudanças substanciais no campo da ciência me parece, contudo, exagerada'. Pelo menos desde a publicação do ensaio clássico de Spivak (1988), sabemos que há uma heterogeneidade de subalternos, os quais não são possuidores de uma consciência autêntica pré ou pós-colonial, trata-se antes de "subjetividades precárias" construídas no marco da "violência epistêmica" colonial. Nesse sentido, a dominação colonial pode ser entendida como o cerceamento da resistência através da imposição de uma *episteme* que toma a fala do subalterno, de antemão, desqualificada e, assim, a silencia. Desse modo, parece-me ilusório pensar que o saber subalterno possa, agora, depois de séculos da colonização nas Américas, revitalizar as ciências humanas.

Por fim, resta-nos abordar a vertente moderada dos estudos pós-coloniais. Trata-se de uma crítica que não rejeita a ciência nem procura novas formas de conhecimento para substituí-la, senão que procura realizar uma transformação/reformulação da ciência a partir de dentro. Isso implica desconstruir a história hegemônica da modernidade evidenciando as relações materiais e simbólicas entre Ocidente e "resto do mundo", de sorte a mostrar que esses termos compõem construções mentais sem correspondência empírica imediata. Esse é o projeto perseguido pelo historiador indiano da Universidade de Chicago, Dipesh Chakrabarty (2005). Sob a divisa "provincializar a Europa", o autor busca radicalizar e transcender o universalismo liberal, mostrando que o racionalismo

⁷ O próprio Quijano observa que não é suficiente apenas o elogio aos saberes subalternos, senão que uma descolonização da epistemologia científica é necessária para que se conceba uma verdadeira comunicação intercultural: "epistemic decolonization is necessary to make possible and move toward a truly intercultural communication; to an exchange of experiences and significations as the foundation of an-other rationality" (QUIJANO *apud* MIGNOLO, 2007, p. 499).

e a ciência, antes de serem marcas culturais europeias, são parte de uma história global no interior da qual o monopólio "ocidental", na definição do moderno, foi construído tanto com o auxílio do imperialismo europeu quanto com a participação direta do mundo "não ocidental". Por conseguinte, as histórias nacionais de países não europeus se apresentam como narrativas de construção de instituições como cidadania, a sociedade civil, etc., que só encerram sentido se projetadas no espelho de uma "Europa hiper-real". Assim, "através das histórias contadas não apenas pelo imperialismo mas também pelo nacionalismo dos colonizados", construiu-se a epopeia europeia da modernização (CHAKRABARTY, 2002, p. 302). Provincializar a Europa significa, para Chakrabarty, reconhecer duas evidências: primeiro que a reivindicação de monopólio do atributo "moderno" por parte da Europa é um capítulo da história moderna do qual o imperialismo europeu é parte constitutiva; segundo, que a colaboração de nacionalistas de países do Terceiro Mundo desempenha um papel fundamental no triunfo da ideologia modernista, na qual a própria Europa viria a figurar como representação acabada da modernidade.

Shalini Randeria, antropóloga de origem indiana da Universidade de Zurique, amplia algumas das teses de Chakrabarty ao cunhar os conceitos de "história compartilhada" e "modernidade entrelaçada". A tentativa aqui é de fundamentar a ideia de que histórias, a despeito de serem narradas como nacionais, apresentam interpenetrações e determinam-se mutuamente. Com isso, a autora busca expressar a interdependência e a simultaneidade dos processos de constituição das sociedades contemporâneas dentro e fora da Europa, de maneira que fenômenos como colonialismo e escravidão já não podem mais ser tratados como externos ao processo de modernização europeia, passando, ao contrário, a ser apresentados como elementos centrais da história global da modernidade (RANDERIA, 2000, 2005. Ver também contribuições em: GUTIÉRREZ RODRÍGUEZ;BOATCÃ;COSTA, 2010).

O balanço que se extrai do sumário panorama dos esforços pós-coloniais de reconstrução das ciências humanas apresentado até aqui é inequívoco. A vertente enfática questiona as ciências humanas como forma legítima de conhecimento pelo fato de estas reproduzirem - através de seus sistemas, classificações e categorias - os padrões coloniais, além de tentar encapsular em unidades geográficas herméticas processos culturais que somente podem ser decodificados se encarados como fluxos de informação

que circulam entre as fronteiras culturais. A posição intermediária tenciona provocar modificações nas ciências humanas por meio da valorização de formas alternativas de conhecimento. Por último, a corrente moderada, ao evidenciar insuficiências metodológicas e os pontos cegos das ciências humanas, procura, a partir de dentro, transformar o regime de verdade da ciência. Diferentemente do que ocorreria se o que estivesse em jogo aqui fosse uma decisão de ordem política ou estética, situações em que as escolhas mais radicais são, em geral, mais promissoras, como no caso presente, parece-me que a variante moderada apresenta-se como a melhor opção.

É preciso considerar que, não obstante sua radicalidade retórica, as abordagens pós-coloniais concorrem, dentro das ciências humanas, com outras correntes por recursos e reputação. Isso significa que também os estudos pós-coloniais estão submetidos aos critérios de validação próprios de cada área do conhecimento acadêmico e, na medida em que pretendem obter ressonância nesse meio, não devem continuar se esquivando ao diálogo com outras correntes interpretativas. Para isso, entretanto, faz-se necessário abandonar a postura *antiestablishment*, pois, ao contrário do que eventualmente pode ocorrer na topografia social e política, não há, na ciência, um "entre-espaço". Assim, quem não estiver de acordo com os critérios de excelência e de validade que imperam na ciência só tem chances de modificar tais critérios na medida em que não se curve às disputas e contendas internas por sua definição.

Observações **finais**

Os novos desenvolvimentos no campo das ciências humanas são ambivalentes. Por um lado, é evidente que certas formas de trabalho e critérios de avaliação aos quais as ciências humanas estão sendo submetidas são, no mais das vezes, inadequados. Ninguém acreditaria, por exemplo, que obras fundamentais das ciências humanas contemporâneas, como a Teoria do Direito, de John Rawls, ou a Filosofia Pós-estruturalista, de Jacques Derrida, seriam mais contundentes e influentes caso esses autores houvessem trabalhado num *excellence cluster* ou se houvessem sido capazes de angariar alguns milhões de dólares mais de fundos para suas pesquisas.

Por outro lado, emergem novas chances - seguramente limitadas e modestas - para transformar as estruturas coloniais de produção do

conhecimento. Em algumas redes internacionais, cientistas do "ocidente" e do "resto do mundo" já trabalham conjuntamente e em condições de igualdade. Também a incorporação da perspectiva de minorias se alça gradativamente à posição de modelo na concepção das pesquisas científicas. Diante das artimanhas da nova constelação, ajuda pouco evocar nostalgicamente a volta idealizada ao modelo *humboldtiano* de universidade. Por isso, minha tentativa aqui foi explicitar como, partindo da crítica pós-colonial, podem ser extraídas lições inspiradoras para encarar as novas dificuldades. Particularmente frutífera é, a meu ver, a estratégia dupla, implícita na interpretação de Chakrabarty, na medida em que faz um elogio às instituições da modernidade e, ao mesmo tempo e no mesmo movimento, põe em dúvida sua origem ocidental. Nesse sentido, é mister familiarizar-se com a provincialidade das ciências humanas, para poder então transformá-las a partir de dentro. Realizar tal programa pressupõe duas perspectivas de ação e de reflexão. A primeira perspectiva refere-se às oportunidades passíveis de serem alcançadas dentro do contexto político-institucional vigente; a segunda abrange uma dimensão algo utópica, já que tem como objetivo transformar a gramática institucional ora existente. Traduzidas para a condição presente das ciências humanas, esta estratégia dupla significa adaptar-se, sem para ou por isso ser conformista, e reformar sem perder de vista a possibilidade de transcender o atual estado de coisas. Tenta-se, assim, tirar o melhor de instituições, disciplinas e categorias que não são mais encaradas como inocentes, mas antes como instrumento e produto da dominação colonial, da hegemonia masculina e da supremacia política e econômica. Ao mesmo tempo, todavia, procura-se superar essas instituições, disciplinas e categorias.

Transposta para o âmbito pessoal, tal postura implica em pensar e agir de maneira disciplinar e transdisciplinar, na medida em que, por exemplo, partindo dos métodos da própria disciplina, procuremos produzir artigos que, na medida do possível, sejam publicados nos periódicos de maior prestígio na área. Concomitantemente, cabe promover fóruns de discussão ou trabalhar em projetos que coloquem a nu a cegueira decorrente da não superação das fronteiras disciplinares. Isso significa, também, articulações nos âmbitos nacional e internacional. Participamos do congresso anual da associação dos pesquisadores da disciplina a que pertencemos, mesmo sabendo que os

debates verdadeiramente estimulantes realizam-se com colegas de regiões e disciplinas distintas, em eventos, via de regra, auto-organizados.

Na prática, não é fácil levar a efeito a dupla estratégia preconizada aqui. É preciso, por um lado, aceitar as referências canônicas de cada campo do conhecimento, mas encará-las com olhos críticos, posto que elas, não raro, legitimam velhas estruturas de dominação e novas ambições de poder. Isto nos coloca a todos, pesquisadores do campo das ciências humanas, na posição de filósofos da ciência e de sociólogos das microestruturas. O filósofo em nós vigia, permanentemente, em que medida as categorias empregadas exprimem relações de dominação; o sociólogo cartografa, em seu campo institucional, estratégias e os atares que no âmbito de interações concretas negociam seus interesses, preferências e perspectivas. Disso depende a consecução de objetivos maiores, como o alargamento dos espaços de reflexão crítica e a promoção da uma perspectiva humanística no campo das ciências sociais.

Bibliografia

ALBRECHT, Clemens (2007): "Vom Aufstieg und Niedergang der Geisteswissenschaften". Vortrag bei der Fachtagung "Wozu Geisteswissenschaften?" In: <http://www.boell.de/downloads/NortragAlbrecht161107.pdf>, consultado em novembro de 2009.

BHABHA, Homi (1994): *The Location of Culture*, London/New York: Routledge
Chakrabarty, Dipesh (2000): *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton Univ. Press 12.

BOATCÃ, Manuela/COSTA, Sérgio/GUTIÉRREZ Rodríguez, Encarnación (2010): *Decolonizing European Sociology. Different Paths Towards a Pending Project*. In: Gutiérrez Rodríguez, Encarnación/Boatcã, Manuela/Costa, Sérgio (arg.): *Decolonizing European Sociology. Transdisciplinary Approaches*. Farnham: Ashgate.

CHAKRABARTY, Dipesh (2002): *Europa provincialisieren. Postkolonialität und die Kritik der Geschichte*. In: Conrad, S. / Randeria, S. (Org.): *Jenseits*

des Eurozentrismus..Postkoloniale Perspektiven in den Geschichts- und Kulturwissenschaften. Frankfurt a.M.: Campus, pp. 283-312.

CHAKRABARTY, Dipesh (2008): **In** Defense of Provincializing Europe: A Response to Carola Dietze. *History and Theory*, 47(1): 85-96.

CONRAD, Sebastian / RANDEIRA, Shalini (2002b): Einleitung. Geteilte Geschichten. Europa in einer postkolonialen Welt. In: dies. (Org.): *Jenseits des Eurozentrismus. Postkoloniale Perspektiven in den Geschichts- und Kulturwissenschaften.* Frankfurt a.M.: Campus, pp. 9-49.

COSTA, Sérgio (2009): Diferença e Identidade: A crítica Pós-Estruturalista ao Multiculturalismo. In: Vieira, Liszt (ed.): *Identidade e Globalização.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

COSTA, Sérgio (2006): Sociology and transnational contexts of agency. Lessons from the Black Atlantic. In: Costa, Sérgio/Domingues, I. Maurício/ Knöbl, Wolfgang/Silva, Josué P. (Org.): *The Plurality of Modernity: Decentring Sociology.* Munique/Mering: Hampp, pp. 43-56.

COSTA, Sérgio (2006): *Dois Atlânticos.* Belo Horizonte: Ed. UFMG.

DUSSEL, Enrique (2000): Europa, modernidad y eurocentrismo. In: Lander, Edgardo (Org.): *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales.* Caracas: Unesco/UCV, pp. 59-78.

ESCOBAR, Arturo (2008): Territories of Difference: Place, Movements, Life, *Redes.* Durham: Duke Univ. Press.

ESCOBAR, Arturo (2005): *Más allá del tercer mundo. Globalización y Diferencia.* Bogotá: ICANH.

FEBEL, Gisela (2006): Vorwort. In: Febel, G. et al. (Org.): *Zwischen Kontakt und Konflikt. Perspektiven der Postkolonialismus-Forschung.* Trier: Wissenschaftlicher Verlag Trier, pp. 1-17.

GUTIÉRREZ Rodríguez, Encamación / Boatcă, Manuela / Costa, Sérgio (2010): *Decolonizing European Sociology. Transdisciplinary Approaches.* Farnham: Ashgate.

HALL, Stuart (1992): The Question of Cultural Identity. In: Hall, Stuart/ Held, David/Me Grew, Tony (Org.): *Modernity and its Futures.* Cambridge: Polity Press, pp. 273-325.

HALL, Stuart (1996): The West and the Rest. Discourse and Power. In: Hall, Stuart/Held, David/Don, Hubert/Thompson, Kenneth (Org.): *Modernity. Introduction to the Modern Societies*. Cambridge/Oxford: Blackwell, pp. 185-227.

HALL, Stuart (1997): The Work of Representation. In: Hall, Stuart (Org.): *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. London u.a.: Sage/Open University, pp. 13-74.

HARAWAY Donna (1988): Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, Bd. 14, no. 3, pp. 575-599.

HOFBAUER, Andreas (2006): *Uma história de rbranqueamentoc ou o megrot em questão*. São Paulo: UNESP.

MCCARTHY, Thomas (2001): Die politische Philosophie und das Problem der Rasse. In: Wingert, Lutz; Günther, Klaus (Org.): *Die Öffentlichkeit der Vernunft und die Vernunft der Öffentlichkeit. Festschrift für Jürgen Habermas*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, pp. 627-654.

MCLENNAN, Gregor (2000): Sociology's Eurocentrism and the *Rise of the West* Revisited. *European Journal for Social Theory* 3(3): 275-292.

MIGNOLO, Walter (2007): DELINKING. The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. *Cultural Studies*, 21(2): 449 – 514.

MIGNOLO, Walter (2000): *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. Princeton: Princeton Univ. Press.

MYRDAL, Gunnar (2000, zuerst 1962): Racial Beliefs in America. In: Solomos, John/Back, Les (Org.): *Theories of Race and Racism*. London/ New York: Routledge, pp. 87-100.

PIETERSE, Jan N./ Parekh, Bhiku (1995): Shifting imaginaries: decolonization, internal decolonization, postcoloniality. In: dies. (Org.): *The Decolonization of Imagination, Culture, Knowledge and Power*. London: Zed Books, pp. 1-20.

PIETERSE, Jan N. (2007): *Ethnicities and Global Multiculture: Pants for an Octopus*. Boulder, CO, Rowman & Littlefield.

QUIJANO, Anibal (2007): Coloniality and Modernity/Rationality. In: *Cultural Studies*, Bd. 21, Nr. 2/3, pp. 168-178.

RANDERIA, Shalini (2000): Jenseits von Soziologie und soziokultureller Anthropologie: Zur Ortsbestimmung der nichtwestlichen Welt in einer zukünftigen Sozialtheorie. In: Beck, Ulrich/Kieserling, André (Org.): *Ortsbestimmung der Soziologie: Wie die kommenden Generation Gesellschaftswissenschaften betreiben will*. Baden-Baden: Nomos, pp. 41-50.

RANDERIA, Shalini (2005): Verwobene Moderne: Zivilgesellschaft, Kastenbindungen und nicht staatliches Familienrecht im (post)kolonialen Indien. In: Brunkhorst, Hauke/Costa, Sérgio (Org.): *Jenseits von Zentrum und Peripherie. Zur Verfassung der fragmentierten Weltgesellschaft*. München/Mering: Hampp, pp. 168-197.

SAID, Edward (1978): *Orientalismo* New York: Vintage.

SANTOS, Boaventura de S. (2005): Vom Postmodernen zum Postkolonialen. Und über beides hinaus. In: Brunkhorst, Hauke/Costa, Sérgio (Org.): *Jenseits von Zentrum und Peripherie*. München/Mering, pp. 197-220.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty (1988): Can the Subaltern Speak? In: Nelson, Cary/Grossberg, Lawrence (Org.): *Marxism and the Interpretation of Culture*. London et al.: Macmillan, pp. 67-111.

SOBOCZYNSKI, Adam (2006): Humboldt, Adieu!. *Die Zeit* 19|2006. <http://www.zeit.de/2006/19/Uni2>.

STEFFEN, Therese F. (2006): *Gender*. Leipzig: Reclam.

TUCKER, Vincent (1999): The Myth of Development: A Critique of a Eurocentric Discourse. In: Munck, Ronald/O'Hearn, Denis (Org.): *Critical Development Theory*. London: Zed Books, pp. 1-26.

WALSH, Catherine (2007): Shifting the Geopolitics of Critical Knowledge. Decolonial thought and cultural studies 'others' in the Andes. *Cultural Studies*, 21 (2,3): 224-239.